

## PATRIMÓNIO CULTURAL NO VALE DO ALVA: GRANDE ROTA DO ALVA

Manuel Salgado<sup>1</sup>

Elsa Ramos<sup>2</sup>

José Alexandre Martins<sup>3</sup>

### Resumo

O interesse de interpretar o valor do património para o turismo e o lazer é a principal motivação para investigar os recursos associados à região do rio Alva. Constatou-se que existem importantes recursos patrimoniais, correspondentes à sua antiga ocupação humana. Este rio situa-se na encosta sudoeste da mais alta cordilheira em Portugal Continental no Parque Natural da Serra da Estrela, estendendo-se desde o município de Seia ao de Penacova.

Neste trabalho reconhece-se que o turismo cultural deve ser complementar ao de natureza como produtos âncora para o desenvolvimento regional, particularmente pelo potencial dos percursos pedestres e também pelo interesse de diversas outras atividades associadas ao rio. É necessário começar com um rigoroso inventário dos recursos para entender o seu potencial, uma etapa essencial para a definição do potencial de produtos turísticos. Esta metodologia é baseada no trabalho de campo para poder determinar o potencial deste destino turístico e desenvolver a imagem desta região, a qual se propõe designar *Alvaland* para efeitos de promoção internacional.

É importante agregar a oferta turística nos municípios deste território, nomeadamente com o estabelecimento da Grande Rota do Alva (GRA), um projeto que é desenvolvido em parceria entre os municípios. A metodologia de campo baseia-se no diagnóstico das rotas pedestres existentes e da análise da sua viabilidade para contribuir para uma melhor integração dessas rotas, com vista a ser um vetor económico sub-regional. Este inventário e a estratégia de agregação pode contribuir para o desenvolvimento do pedestrianismo, associando recursos naturais e culturais.

**Palavras-Chave:** Sustentabilidade, Desenvolvimento Turístico, Produtos Turísticos, Turismo de Natureza, Recursos Culturais, Pedestrianismo.

---

<sup>1</sup>GOVCOPP, Instituto Politécnico da Guarda – ESTH. [manuelalgado@ipg.pt](mailto:manuelalgado@ipg.pt)

<sup>2</sup>CITUR, Instituto Politécnico da Guarda – ESTH. [elsaramos@ipg.pt](mailto:elsaramos@ipg.pt)

<sup>3</sup>CITUR, Instituto Politécnico da Guarda – ESTH. [jasvm@ipg.pt](mailto:jasvm@ipg.pt)

## **CULTURAL HERITAGE IN ALVA VALLEY: ALVA GREAT ROUTE**

### **Abstract**

The interest of interpreting the value of heritage to tourism and leisure is the main motivation to research about the resources associated to the Alva river region. There are important heritage resources, corresponding to their ancient human occupation. The Alva river is located on the southwest slope of the highest mountain range in Continental Portugal in the Natural Park of the Serra da Estrela, extending from Seia to the Penacova municipality.

In this paper we recognize that cultural tourism should be complementary to nature tourism as anchor products for regional development, particularly by the hiking routes potential and also by the interest of diverse river associated activities. It is necessary to begin with a rigorous inventory of the resources to understand their potential, an essential step for the definition of tourism products' meaning. With this methodology based in field work, we can determine the prospective of this tourism destination and develop the tourist image of this region, which we would like to name Alvaland for international plans.

It's important to aggregate the tourism offer in the municipalities of this territory, namely with the establishment of the Alva Great Route (AGR), a project that will be develop in partnership between municipalities. The field methodology is based in the diagnostic of the existing walking routes and their feasibility to contribute to a better integration of these routes, in a sub-regional economic driver. This inventory and aggregation strategy could contribute to the development of hiking products, linking natural and cultural resources.

**Keywords:** Sustainability, Tourism Development, Tourism Products, Nature Tourism, Cultural Resources, Hiking.

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho pode ser relevante no contexto das rotas culturais e dos itinerários turísticos, que assumem cada vez maior importância para o desenvolvimento do turismo, do lazer e do bem-estar dos cidadãos em relação com as comunidades de destino. Em muitas viagens trata-se da principal motivação turística, que potencia a estruturação de produtos de turismo cultural. Neste sentido, pretende-se compreender o interesse e a função dos recursos culturais existentes na região do vale do Alva, que podem ter maior viabilidade de serem incluídos em itinerários da GRA e, assim, serem determinantes na atratividade turística e no desenvolvimento sustentável desta região.

Neste estudo assumem-se os seguintes objetivos: conhecer os principais recursos patrimoniais existentes com vista a interpretar o seu potencial turístico e a tornar possível a estruturação deste produto de pedestrianismo; escolher os recursos do património cultural a associar aos itinerários e ao turismo pedestre; promover o desenvolvimento do turismo de natureza e cultural associados à rede de percursos a nível sub-regional do vale do Alva; e analisar a viabilidade efetiva deste projeto GRA e sua articulação com as pequenas rotas (PR) existentes, em particular no concelho de Seia, dada a rede bem desenvolvida e dinamizada pelo projeto das Aldeias de Montanha.

A metodologia assumida neste estudo revela as rotas e itinerários promovidos por cada concelho em 2019, a partir de uma inventariação nos sites institucionais dos Municípios e das Aldeias de Montanha, principalmente para interpretar o património cultural indicado em cada PR que permite identificar alguns elementos relevantes desse património industrial e construído da região do vale do Alva, com o intuito de permitir equacionar o interesse de inclusão destes recursos na GRA. Os dois tipos de percursos pedestres são as PR ou PL (Percursos Locais), e as Grandes Rotas (GR), que têm sempre mais de 30 quilómetros. Neste estudo realiza-se a matriz (tabela 1) dos recursos do património cultural identificados a partir da análise de conteúdo dos folhetos das PR do concelho de Seia. Assim, a criação de roteiros mais alargados pode permitir tornar a região mais atrativa em termos turísticos, como também promove o surgimento de projetos, como é o caso da GR51 – GRA (entre Penacova e Seia), para estimular a uma permanência média dos turistas mais alargada através do aumento da oferta turística de retenção ou fixação.

A entidade responsável pela criação da GR51 é a comunidade intermunicipal (CIM) da Região de Coimbra e a CIM das Beiras e Serra da Estrela, no âmbito de uma parceria com a Associação para o Desenvolvimento Integrado da Rede das Aldeias de Montanha (ADIRAM) e com o Provere iNature - Turismo Sustentável em Áreas Classificadas. O modelo de desenvolvimento turístico sustentável reforça a utilidade da GRA para a região, pelo que foi uma aposta da ADIRAM a sua estruturação e implementação no terreno. Entre os objetivos da CIM da Região de Coimbra destaca-se a criação de produtos turísticos integrados intermunicipais suportados nos produtos âncora enunciados na Estratégia Turismo Centro 2020, baseado em recursos naturais, patrimoniais e históricos com elevado valor distintivo e de atração, contribuindo, desta forma, para o aumento do número de turistas e visitantes e afirmando a Região como destino turístico de excelência.

A análise do património cultural do vale do Alva no concelho de Seia baseia-se numa grelha simples de inventariação com as três tipologias dos monumentos catalogados, que se encontram estruturados por secções para organização pelo PR existentes. Em cada PR, apresenta-se uma breve descrição da freguesia e, em seguida, a respetiva classificação e caracterização dos monumentos catalogados. No final apresenta-se uma síntese pictórica de todas as tipologias de monumentos inventariados no vale do Alva.

A estrutura deste artigo apoia-se na análise da função do património cultural para o desenvolvimento integrado e sustentável a nível regional. Na segunda parte faz-se o enquadramento geográfico e caracteriza-se o património cultural do vale do Alva para se conhecer os recursos principais deste destino turístico com o intuito de considerar a articulação das PR existentes para ajudar a estruturar a GRA. O enquadramento geográfico do vale do Alva vai desde a ribeira da Fervença, em plena encosta sudoeste do Parque Natural da Serra da Estrela, na aldeia do Sabugueiro do concelho de Seia, até Porto da Raiva no concelho de Penacova, onde desagua no rio Mondego. O rio Alva possui uma extensão aproximada a 106 quilómetros num vale de beleza natural muito apreciada por visitantes. Na terceira secção apresenta-se e discute-se sobre a natureza das opções metodológicas assumidas nesta pesquisa. Por fim, na quarta secção analisa-se e organiza-se os dados recolhidos relativos ao património cultural na região do vale do Alva e, conseqüentemente, discute-se e evidencia-se a oportunidade de promover o pedestrianismo como estratégia de valorização deste produto regional a nível dos

mercados interno e internacional.

## **2. PATRIMÓNIO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL**

A Organização Mundial do Turismo (OMT) apela a práticas mais sustentáveis no turismo, tendo elegido mesmo o ano de 2017 como o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento. Pretende-se, sobretudo, satisfazer as necessidades presentes, mas também as das gerações futuras, garantindo a proteção do meio ambiente, do património cultural e, simultaneamente, estimulando o desenvolvimento da atividade económica em consonância com os interesses das comunidades locais.

A preservação do património cultural de um destino turístico é essencial no seu desenvolvimento sustentável a longo prazo, dado que alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 (MNE, 2017) se relacionam com este pilar da cultura. Assim, destaca-se a importância dos 17 ODS, que são “a nossa visão comum para a Humanidade e um contrato social entre os líderes mundiais e os povos” (MNE, 2017: 5). Em particular, no ODS 11 (Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis) pretende-se também promover a diversidade social das cidades como forma de proteger e salvaguardar o património cultural humano (MNE, 2017: 57). Também no quadro da salvaguarda do património intangível, destaca-se a Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade (MNE, 2017: 61), estabelecida em 2008 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), como um repositório de diversidade cultural e da expressão criativa, reunindo práticas e expressões que ajudam a demonstrar a diversidade desse património e a aumentar a consciencialização sobre a sua importância, destacando-se o ativo envolvimento de Portugal na inclusão do fado (2011), da dieta mediterrânica (2013), do cante alentejano (2014), da falcoaria (2016) e os caretos de Podence (2019). Também realçamos o trabalho desenvolvido no projeto do Geopark Estrela, que se encontra em franco progresso para ajudar a contribuir para o desenvolvimento sustentável e comunitário na região da Serra da Estrela, que inclui entre nove os concelhos de Seia e de Oliveira do Hospital da GRA. Este projeto visa enfatizar as dimensões científicas, educativas e turísticas do território, que têm sido afirmativos no apoio à candidatura da serra da Estrela a Geopark Mundial, que foi aprovada pela UNESCO em setembro de 2019.

O turismo e o lazer assumem uma importância crescente ao nível da sua relação com os sistemas ambiental, social, económico e cultural, entre outros sistemas com os quais o sistema turístico estabelece interações fundamentais (Cunha & Abrantes, 2013: 104). Entre os nove sistemas referidos por estes autores, destacam-se os sistemas ambiental e cultural, pois têm vindo a ter uma influência cada vez maior, visto a importância que as atrações, em especial as naturais, históricas e patrimoniais, têm como um elemento determinante da atividade turística. O turismo baseia-se na existência de recursos naturais e culturais e, cada vez mais, o seu conhecimento e gestão são uma base essencial ao desenvolvimento integral do turismo.

Para garantir a sustentabilidade dos espaços rurais será necessária uma análise integrada multisectorial e pluridimensional no território, que vise ajudar nesta reestruturação das economias locais e regionais (Augusto et al., 2010), designadamente através do turismo.

O processo de criação de roteiros pedestres pode ser um instrumento importante ao serviço da valorização dos territórios através dos seus patrimónios que, aliado ao Marketing, tendo como missão a criação de uma dimensão dupla de base territorial na relação Turismo-Cultura, contribuindo para uma maior atratividade, nomeadamente ao nível do turismo e elaboração de conteúdos educativos de modo a que o conhecimento científico seja mais claro e acessível a todos (Ramos et al, 2019: 404-420).

De facto, a observação, a interpretação e a fruição da natureza, associadas ao desenvolvimento de percursos pedestres, constitui-se como atividade flexível e adaptável a diversos segmentos de mercado (Leitão, 2004). Os trilhos pedestres não devem ser padronizados, distinguem-se pelo tipo de traçado, pela implementação física e podem atingir objetivos distintos de acordo com os interesses, necessidades e desejos do segmento de mercado. Queirós (2014:108) refere-se a uma estranha economia por se reproduzir “o capital turístico na sua relação com o património e a denominada ‘indústria da cultura’, mas também a reconhecer a extensão da penetração cultural na atividade turística, que pode ser levado a mudanças profundas no paradigma tradicional do turismo”.

No complexo processo de desenvolvimento territorial, a atividade turística dá origem a novas relações, criando novas atividades que resultam de estruturação espacial de serviços e atrações que garantem a produção turística (Cunha & Abrantes, 2013).

Falar de turismo é abordar uma complexa teia de relações e conexões que requerem uma visão sistémica onde o território é um elemento central. Sob esta ótica, a análise da atividade turística deve possuir uma abordagem multidimensional.

Neste âmbito, revela-se importante implementar uma inventariação rigorosa dos recursos endógenos com vista ao seu conhecimento e à estruturação da oferta turística com o intuito de promover produtos de qualidade a nível regional.

A sustentabilidade tornou-se uma das questões mais importantes da reflexão académica, também no âmbito do turismo, desde o final do séc. XX. A UNESCO (2013, p.2) salienta: “The extraordinary power of culture to foster and enable truly sustainable development is especially evident when people-centered and place-based approach is integrated into development programmes (...)”

Neste contexto interessa reconhecer os valores culturais locais, a igualdade de direitos e a lógica cultural dentro das comunidades, nas políticas de planeamento e nas tomadas de decisão, providenciando suporte para abordagens de participação comunitárias, em particular, o que Ranninkko (1999) sugere como a “habilidade das comunidades locais na adaptação à mudança”.

As consequências sociais e ambientais do desenvolvimento turístico passaram a exigir ter em conta as questões ambientais, sociais e culturais, a par das económicas. Como também a competitividade de destinos turísticos, a nível regional, tem tido uma atenção crescente para garantir o crescimento económico e do emprego, através de estratégias a longo prazo. De facto, deve-se ter uma reflexão crítica à situação atual do turismo a nível das várias regiões, para constatar inúmeras debilidades no modelo de desenvolvimento sustentável do turismo. No seguimento desta reflexão teórica realiza-se a contextualização geográfica da área-destino e uma breve caracterização dos seus recursos de modo a interpretar o interesse de desenvolver produtos de turismo de natureza e cultural.

### **3. CARACTERIZAÇÃO E ROTEIROS DO VALE DO ALVA**

Este artigo indaga sobre um modelo adequado de gestão sustentável para os recursos naturais e culturais da região do vale do Alva e, nesse âmbito, contribuir para a preservação das características naturais endógenas e a valorização da identidade cultural das suas populações, que podem ajudar na transformação desta área-destino. Os fatores



de atração do vale do Alva são caracterizados pela notável diversidade e riqueza inerente aos recursos turísticos existentes, bem como a localização geográfica, pela centralidade e razoáveis acessibilidades, a hospitalidade dos residentes, os preços competitivos e o clima de segurança. Estas são apenas algumas das razões que se apontam para evidenciar o elevado potencial desta região, que se situa da nascente no concelho de Seia, em pleno Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE), ao concelho de Penacova, onde o rio Alva conflui no rio Mondego.

A crescente procura destas áreas rurais está também associada à evolução e a mudanças consideráveis no turismo, seja pelo lado da procura, seja pelo da oferta, cada vez mais diferenciada. No contexto atual assume-se a exigência da sustentabilidade, conduzindo muitas áreas rurais a serem reconhecidas como áreas protegidas, dado que essas áreas verificam uma crescente importância à medida que a pressão, os riscos e a degradação aumentam a nível do ecossistema natural e cultural, pelo que se postula que o pedestrianismo possui uma função importante na utilização racional destes recursos, contribuindo oportunamente para a promoção da preservação e valorização do património cultural.

A definição de um produto turístico âncora pretende ser uma alavanca para o desenvolvimento integrado da região, criando um denominador comum em torno do desenvolvimento e marketing do turismo de natureza, que potenciará uma maior articulação dos esforços dos vários municípios envolvidos, bem como também dos agentes privados, por efeito de imitação. Neste âmbito, o projeto da GRA poderia assumir uma função essencial de renascimento deste destino, podendo assentar numa lógica das rotas da água, por se acreditar que é necessário estruturar a oferta de percursos pedestres já existente num roteiro longitudinal, que acompanhe o mais possível o percurso do rio Alva. Assim, poder-se-ia também beneficiar da beleza do espelho de água e área circundante, que poderia contribuir para recuperar as áreas de aluvião das margens do rio, bem como das paisagens deslumbrantes que caracterizavam as encostas do vale do Alva. O inventário e a consequente dinamização do património cultural são um trabalho necessário, e mesmo urgente, para viabilizar uma rota turística, que Queirós (2014) refere como indispensável à atividade turística.

Queirós (2014:111) define rota turística como um conjunto organizado de circuitos de descoberta e usufruto de todos os patrimónios, com uma identidade própria e única, fundada na ecologia e metafísica da paisagem, acessível a todos os públicos, mas com



produtos diferenciados segundo os seus segmentos, potenciador da organização e desenvolvimento das cadeias de valor da atividade turística.

Assim, torna-se importante compreender também o conceito de circuito turístico que, por sua vez, é definido como um percurso integrador de todos os patrimónios, de curta duração (não deve ser superior a uma jornada/um dia), acessível a todos os públicos mas segmentado, com uma identidade autónoma e inconfundível, organizado na perspetiva de descoberta e usufruto da ecologia da paisagem (num sentido do contributo científico interdisciplinar para a sua leitura) e da metafísica da paisagem (património imaterial, imaginário erudito e popular), e segundo o princípio comunicacional/emocional da ‘montagem de atrações’, capaz de sustentar e desenvolver as cadeias de valor da atividade turística.

Na realidade pode-se encontrar elementos comuns nos vários circuitos, como por exemplo um curso de água, no caso em análise o rio Alva, mas a soma dos seus tipos de património deverá produzir dialeticamente uma oferta única e identitária. É precisamente neste contexto, segundo Queirós (2014:111), que “a atividade do turismo se diferencia dos outros domínios científicos, pois a seleção e valoração é determinada pela diferenciação do produto turístico”, porque a sua “construção metodológica consiste na reapropriação, para um novo objeto de estudo, de conceitos tradicionalmente usados noutros domínios científicos”.

Queirós (2014:116) considera importante a hermenêutica da paisagem cultural na sua aplicação ao estudo do corpus do turismo e da atividade turística, com o intuito de explorar os conceitos de rota e de circuito turísticos, que se baseiam na necessidade de utilizar uma metodologia científica inter e pluridisciplinar para organizar e guiar a visita ao território, que permite ler e interpretar as suas paisagens culturais, o património material e imaterial da paisagem humanizada. São as rotas e circuitos, integradas nas paisagens culturais e nos seus destinos turísticos, que geram as principais mais-valias, mas não são as estruturas que organizam essas rotas e circuitos, os museus, monumentos e parques, a recolher os maiores valores; a renda do turismo é recolhida externamente nas já referidas cadeias de valor.

Por exemplo Queirós et al. (2008: 107-126) apresentam um notável e rico circuito turístico intitulado “Entre o Alva e o Mondego”. A descrição do vale do Alva é feita no “Roteiro da Serra da Estrela” elaborado por Queirós et al. (2008: 81-87), no qual se

propõe um percurso pelo Vale do Alva: Vide, São Gião e Sandomil, pois por detrás de Vide, levanta-se a Serra do Açor, coroada pelo Colcorinho. Dali se pode subir à aldeia histórica do Piódão, um presépio de xisto, passando antes pelos Centros de Interpretação de Chãs d'Égua e de Vide, onde nos afloramentos rochosos das ribeiras de Alvoco e Piódão se encontra um importante núcleo de gravuras rupestres, datadas do Neolítico à Idade do Ferro. Destaca-se nesta parte do roteiro uma descrição detalhada do património natural e cultural do vale do Alva, que é fundamental conhecer com vista a potenciar a sua valorização para o turismo, recreio e lazer, sobretudo nos concelhos de Seia e de Oliveira do Hospital.

Também a obra Rotas e Percursos da Serra da Estrela (Tavares, 2012) propõe um conjunto de percursos pedestres que conduzem o visitante a observar a diversidade de paisagens e habitats das áreas mais elevadas da serra da Estrela, dos quais se destaca o percurso do Cabeço dos Corvos com uma extensão de 5785 metros de tipo circular e de baixo grau de dificuldade. Este percurso denominado de Alto Alva (Tavares, 2012: 60-64) integra um conjunto de percursos de pequena rota que têm como objetivo dar a conhecer a paisagem, geologia, flora e fauna da Mata do Desterro, área florestal que se encontra sob gestão do Município de Seia. O itinerário percorre a cumeada da referida Mata, atravessando uma zona de relevo relativamente suave, a uma altitude superior a 900 metros, coroada pelo marco geodésico do Cabeço dos Corvos (1061 metros de altitude), constituindo o ponto mais elevado da Mata do Desterro.

O turismo tem sido principalmente estudado como uma atividade económica, a partir dos seus produtos e das suas empresas. Contudo, vem-se constatando um crescente interesse de quem viaja para conhecer a realidade autêntica dos lugares, seja a natural ou a construída ao longo dos tempos (ou cultural), que determina motivações importantes para as simples caminhadas pelo território. Esta reflexão permite também estabelecer algumas linhas orientadoras para repensar as metodologias e as estratégias de desenvolvimento turístico para o vale do Alva. Dada a complexidade do sistema turístico regional pode-se assumir também a importância do turismo fluvial, sobretudo pela beleza e qualidade das praias fluviais do rio Alva desde o Sabugueiro, descendo até às praias fluviais de Vila Cova à Coelheira, de Sandomil, S. Gião, Avô, Côja, Moinhos de Alva ou do Agroal, entre outras praias.

#### **4. METODOLOGIA**

Os principais objetivos deste estudo visam interpretar o potencial turístico do destino do vale do Alva e equacionar o desenvolvimento de produtos turísticos estratégicos com vista à afirmação de um modelo de destino sustentável. Porém, os grandes incêndios ocorridos em 2017 constituem um enorme constrangimento para o desejado desenvolvimento do turismo sustentável nesta região e, em particular, devido a uma destruição massiva dos recursos naturais, que serviam de base à atratividade para o pedestrianismo e, assim, facilitavam a afirmação do projeto da GRA. De facto, constata-se que muitos dos PR existentes ficaram comprometidos e não são hoje exequíveis. Contudo, o concelho de Seia na parte Ocidental da serra da Estrela ficou salvaguardada da destruição do meio natural que ocorreu na maioria do território do vale do Alva.

Tendo em consideração o enquadramento teórico e o geográfico, apresentados respetivamente nos pontos anteriores, acredita-se que este produto integrado (GRA) deve ser um dos projetos estratégicos para a Região Centro, pois é fundamental para o ressurgimento das cinzas deste território, que era caracterizado, por muitas pessoas residentes e visitantes, como um paraíso natural. O contexto geográfico da pesquisa inclui os 6 concelhos e respetivas freguesias que envolvem o rio Alva. Porém, para este território decide-se proceder apenas à inventariação do património cultural do concelho de Seia, pelo uso do critério de amostragem intencional, dadas as limitações temporais e o carácter exploratório deste trabalho. Esta escolha permitiu a criação de uma base de dados no âmbito do património industrial e do construído nas 4 freguesias deste concelho, com o intuito de permitir a elaboração de roteiros histórico-culturais e, sobretudo, equacionar o interesse de inclusão destes recursos na GRA. Neste estudo executa-se a matriz (tabela 1) dos recursos do património cultural que interessa incluir. Após a listagem dos monumentos principais (tabela 2) seguir-se-á a elaboração de fichas de inventariação do património cultural, com elementos-chave para a descrição dos mesmos. As fases seguintes serão o reconhecimento e registo dos monumentos in loco, para a sua posterior análise e descrição da situação atual.

A existência de recursos abundantes deve sugerir a vocação turística de cada região e, assim, promover o desenvolvimento de produtos turísticos de excelência, funcionando como verdadeiros dinamizadores das políticas e das estratégias sectoriais do turismo. Por exemplo, o município de Seia tem vindo a apostar estrategicamente no turismo de natureza. Nesse âmbito, o Centro de Interpretação da Serra da Estrela (CISE)

concretiza inúmeros projetos relevantes com vista à consolidação do posicionamento de Seia e da serra da Estrela como uma referência a nível regional e nacional. Esta reflexão, feita nos dois pontos anteriores, permite estabelecer algumas linhas orientadoras para repensar as metodologias e as ações de desenvolvimento turístico para o vale do Alva. De facto, constata-se que não existe uma estratégia correspondente ao peso do turismo na economia desta região, também por não haver coordenação de interesses da parte de responsáveis de instituições públicas com competências a nível local e regional, pelo menos do ponto de vista institucional. Dada a complexidade do sistema turístico regional e a desarticulação percebida entre os municípios, com este artigo pretende-se contribuir para a discussão sobre a organização da rede entre agentes públicos e privados e, designadamente, assumir o turismo de natureza, complementado com a articulação com o património cultural, como o produto âncora para o território do vale do Alva e, conseqüentemente, assumir o papel essencial da GRA para voltar a dar vida à região e ânimo às suas populações, após os catastróficos incêndios, que comprometem o seu desenvolvimento futuro como destino de turismo de natureza. No terrível cenário de destruição de recursos naturais e patrimoniais, pois a paisagem ficou negra e muitas aldeias tiveram muitas das casas consumidas pelas chamas, é necessário voltar a acreditar num futuro que será, necessariamente, mais exigente e terá de ser mais sustentável. Acredita-se que o desenvolvimento futuro desta região passe pelo turismo sustentável, pelo que dependerá da capacidade de dinamizar a GRA com base no modelo de articulação com a oferta existente de PR existente no concelho de Seia numa estratégia de desenvolvimento a médio e longo prazo.

## **5. PATRIMÓNIO CULTURAL NO CONCELHO DE SEIA**

Este artigo pretende realçar estratégias mais sustentáveis para as regiões rurais e de montanha, nas quais o turismo poderia assumir um papel central no novo modelo de desenvolvimento socioeconómico e ambiental de territórios de interior, como é exemplo o vale do Alva, em particular no concelho de Seia.

A matriz dos recursos turísticos (PEDTS, 2005) incluídos no património cultural (tabela 1), nas componentes industrial e construída, revela o interesse nos recursos da arquitetura industrial (centrais hidroelétricas e edifícios fabris), da arquitetura civil de equipamento (fontanários, estradas e pontes), a arquitetura popular (moinhos, lagares, fornos comunitários, edifícios e conjuntos habitacionais) e, ainda, a arquitetura de

índole religiosa, incluindo a de cariz funerário. O conhecimento destes recursos disponíveis em proximidade do rio Alva torna-se fundamental para equacionar a oportunidade da sua inclusão nos itinerários da GRA, quer dada a sua potencial atratividade turística, quer a utilidade para melhorar a experiência dos pedestrianistas.

**Tabela 1:** Matriz dos recursos do património cultural

<b>Serviços Culturais</b>	<b>Património Cultural</b>	<b>Industrial Construído</b>	<b>Arquitetura industrial</b> <b>Arquitetura civil de equipamento</b> <b>Arquitetura popular</b> <b>Arquitetura religiosa</b> <b>Arquitetura religiosa/funerária</b> Arquitetura civil residencial Arquitetura civil jurisdicional Arquitetura civil comemorativa Arquitetura civil política e administrativa Arqueologia

De seguida é necessário identificar as freguesias ribeirinhas nos concelhos que incluem o rio Alva. Assim, no concelho de Seia seleciona-se 4 freguesias contíguas ao rio Alva: Sabugueiro; União de Freguesias de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros; Vila Cova à Coelheira; e Sandomil. Assim, neste trabalho apenas se analisa em maior detalhe a parte relativa ao concelho de Seia, pelo seu valor e singularidade próprios, que merecem ser mencionadas, como exemplos destacam-se o Centro de Interpretação da Serra da Estrela (CISE), o Museu do Pão e o Museu Natural da Eletricidade, primeira central do aproveitamento hidroelétrico da serra da Estrela através do aproveitamento das águas do rio Alva. Este equipamento surge a partir da centenária Central da Senhora do Desterro, o primeiro aproveitamento hidroelétrico, dos 4 existentes no Rio Alva (2 em Sabugueiro e 1 em Lapa dos Dinheiros), a ser instalado pela Empresa Hidroelétrica da Serra da Estrela, permitindo que a 26 de dezembro de 1909 a energia elétrica chegasse a Seia pela primeira vez, fazendo com que Seia fosse das primeiras localidades do país a ser iluminada a luz elétrica e potenciando, atualmente, o produto turismo industrial (Salgado et al, 2015).

Refere-se que nas 4 freguesias deste concelho, contíguas ao rio Alva, se podem destacar alguns elementos patrimoniais (tabela 2) intimamente relacionados com

percursos ribeirinhos da serra da Estrela, que podem integrar uma rede de PR articulados com a GRA.

**Tabela 2:** Recursos principais do património cultural no concelho de Seia

<b>Tipo de Arquitetura</b>	<b>Sabugueiro</b>	<b>União de Freguesias de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros</b>	<b>Vila Cova à Coelheira</b>	<b>Sandomil</b>
<b>Industrial</b>	- Centrais Hidroelétricas do Sabugueiro (I e II)	- Central da Ponte Jugais - Centrais Hidroelétricas do Desterro (I e II)		
<b>Civil de equipamento</b>	- Ponte sobre o Rio Alva (N339) - Fonte do Ferreiro	- Ponte de Jugais (N231) - Ponte medieval da Senhora do Desterro (M513) - Fonte de Santo Antão	- Ponte medieval	- Ponte medieval
<b>Popular</b>	- Forno Comunitário/Museu Etnográfico			

O turismo e lazer permitem a revalorização de territórios e seus patrimónios, que têm perdido funções tradicionais, designadamente junto a percursos ribeirinhos. A diversidade de recursos e de atividades potenciadas é importante para a competitividade desta região de destino muito associada à marca das Aldeias de Montanha e seus percursos pedestres envolventes, na medida em que tem capacidades para se afirmar como um atrativo junto do mercado turístico. Essa competitividade depende das suas identidades e singularidades, designadamente através de um projeto integrador como a GRA, que permite articular melhor parte da oferta disponível na região de percursos pedestres de PR. Neste caso exploramos o estudo de caso dos 14 PR das Aldeias de Montanha.

**Tabela 3:** Recursos do património cultural dos PR do concelho de Seia

<b>Tipo de Arquitetura</b>	<b>N.º PR</b>	<b>Descrição</b>
<b>Industrial</b>	PR5	Barragem do Covão do Meio
	PR8	Minas de Volfrâmio
	PR9	Minas do Círio
	PR10	Infraestruturas hidroelétricas
	PR11	Barragem do Vale do Rossim
	PR13	Moinhos hidráulicos
<b>Civil de equipamento</b>	PR1	Ponte Medieval
	PR3	Ponte do Porto
	PR4	Calçada Antiga e Ponte Nova
	PR7	Ponte Medieval
	PR9	Caminho Medieval/Fonte quinhentista/Pelourinho
	PR10	Alminhas/Capela N. Sra. do Amparo
	PR11	Ponte do Porto Cabrito
PR14	Instalações Militares na Torre	
<b>Popular</b>	PR1	Moinhos de água/Socalcos agrícolas/Arquitetura popular em xisto
	PR2	Moinhos hidráulicos/Levadas de Regadio/socalcos agrícolas
	PR3	Socalcos agrícolas/Aldeia de xisto da Cabeça/Lugar de Várzea/Moinhos hidráulicos
	PR4	Socalcos agrícolas/ Eira do Mendes/Moenda e moinho do Teixeira/Núcleo antigo de Loriga/Lugar da Canada
	PR5	Estruturas rústicas de Transumância/Eira da Pedra
	PR6	Forno comunitário/socalcos Agrícolas/Lagar de vara do azeite/Alambiques/Núcleos antigos de Teixeira e Teixeira de Baixo
	PR7	Cortes e canadas/forno comunitário/Eira do Séc. XVIII/moinhos de água/Núcleo antigo de Alvoco da Serra
	PR8	Socalcos agrícolas/Moinhos de água/Núcleo antigo de Sazes da Beira
	PR9	Moinhos hidráulicos
	PR11	Forno comunitário/Museu etnográfico/Casario antigo do Sabugueiro
	PR12	Arquitetura popular em granito/forno comunitário
	PR13	Levadas de rega/socalcos agrícolas/Poços de broca do Aguincho/Frédigas, Barriosa e Muro/ Ruínas do lagar de vara da Barroca Escura.
	PR14	Abrigos de pastores, malhões e currais./Socalcos agrícolas/canadas
	<b>Religiosa</b>	PR7



	PR8	Santuário de Sta. Eufêmia
	PR9	Igreja N. Sra. Do Rosário/ Capela de São Domingos
	PR10	Alminhas/Capela N. Sra. do Amparo

Importa nesta fase final do artigo relevar os percursos pedestres ativos na região do vale do Alva para compreender a sua vocação e amplitude atuais, sobretudo com o intuito de interpretar sobre a viabilidade e a capacidade instalada para mais facilmente estruturar a GRA, bem como a rede complementar de percursos nesta região da CIM Beiras e Serra da Estrela. Assim, pesquisou-se sobre os percursos existentes nos 6 municípios, nas 2 áreas protegidas e nos 3 projetos de turismo de aldeia, porque estas entidades desenvolvem projetos neste âmbito da promoção do pedestrianismo. Segue-se a análise desde a nascente do Alva, ou seja, a partir do concelho de Seia, até desaguar no Mondego no concelho de Penacova. Por exemplo, no concelho de Seia, os passeios pedestres permitem divulgar a riqueza natural e cultural das Aldeias de Montanha e da Serra da Estrela, designadamente através do CISE. A rede de percursos pedestres das Aldeias de Montanha é constituída por 14 rotas, na área do vale do Alva, com cerca de 100 quilómetros, nas localidades de Alvoco da Serra, Cabeça, Lapa dos Dinheiros, Loriga, Sabugueiro, Sazes da Beira, Teixeira, Valezim e Vide. De destacar que estes percursos se situam na única área do vale do Alva que não ardeu nos incêndios florestais de 15 de outubro de 2017, pelo que podem constituir um polo estratégico de conservação da natureza e, ao mesmo tempo, de promoção do turismo e do lazer, que se espera possa permitir a médio prazo um efeito difusor positivo à restante região do vale do Alva.

O diagnóstico da oferta de percursos pedestres na região do vale do Alva feito pelos autores, numa perspetiva mais alargada do território, registava em 2016 uma extensão total de cerca de 232,1 Kms inventariados. Contudo, numa perspetiva mais circunscrita, considera-se haver 173,2 Kms identificados no vale do Alva. Nos 6 concelhos regista-se 75% dos percursos disponíveis no vale do Alva, realidade que no concelho de Seia e de Arganil representa 100% e no de Oliveira do Hospital cerca de 78%. O contributo de associações de desenvolvimento turístico, designadamente a ADIRAM e a ADXTUR, contribui também para esta realidade de percursos homologados, sobretudo nos concelhos de Seia, de Oliveira do Hospital, Arganil e Tábua, respetivamente.

Para além da inventariação dos percursos pedestres homologados e registados,

atualmente disponíveis, também interessa referir que existe uma rede complexa de levadas e açudes, que constituem uma parte relevante do património rural associado ao Alva e afluentes, que interessa conhecer e, eventualmente, incluir no projeto da GRA. Constata-se a existência de inúmeras levadas de função agrícola e de fornecimento de água a moinhos, lagares e outras estruturas do setor primário, bem como as levadas de encaminhamento de águas à superfície para o complexo sistema hidroelétrico da serra da Estrela, instalado no vale do Alva, que se situa em pleno PNSE, ou seja, às indústrias ligadas diretamente à força das águas do rio como também a dos lanifícios e a cerâmica, a par da produção de energia elétrica. Estas indústrias possuem um património único, num contexto particular do vale do Alva, que podem permitir a sua reutilização e refuncionalização para a emergência de um novo produto da região - o turismo industrial (Salgado et al., 2015). Assim, na região mais montanhosa do vale, a GRA pode aproveitar levadas de diversas funções, sobretudo desde a aldeia do Sabugueiro à de Sandomil, por ser extensa a área de levadas agrícolas associadas a cada aldeia e das desenvolvidas para fins industriais, em vários núcleos de centrais hidroelétricas (desde o Sabugueiro até Vila Cova) até aos núcleos bem definidos da indústria de lanifícios, que foram estruturados em paralelo com o rio, por dele dependerem da abundância de água disponível ao longo do ano que, em parte, resultou do engenho e do sacrifício do homem para viabilizar a industrialização na serra da Estrela, em particular na região do vale do Alva.

No património de arquitetura civil de equipamento refere-se que as pontes antigas acompanham os rios, mas são ainda um património subestimado. A sua inventariação na bacia hidrográfica do Alva, de montante (Ponte sobre o Rio Alva (N339) no Sabugueiro) para jusante é um estudo deveras interessante. Ainda em plena serra, a ponte medieval da Senhora do Desterro (M513), a ponte de Jugais serve a estrada N231 tendo, por isso, sido alterada, e em Vila Cova à Coelheira pode-se admirar uma bela ponte medieval, bem como a ponte medieval de Sandomil. No concelho de Oliveira do Hospital refere-se a ponte de Penalva do Alva, a ponte medieval em S. Sebastião da Feira, a ponte das Três Entradas na localidade com o mesmo nome, junto da foz da ribeira de Alvoco, que é interessante pelo facto de ser constituída por duas metades, uma sobre o Alva e outra sobre o Alvoco e com a junção da estrada que vem de Alvoco das Várzeas a unir-se a meio das duas, e ainda a ponte de Avô. No curso deste rio, a jusante, há várias pontes dignas de reparo como a de Vila Cova de Alva, Côja e Mucela, entre

outras que se pretende detalhar em trabalho seguinte.

Este trabalho pretende, sobretudo, contribuir para a discussão sobre o desenvolvimento sustentado do território, incentivar a criação de emprego e a fixação da população, dinamizar a atividade turística, conservar e valorizar o património rural e reforçar e diversificar a atividade empresarial na região do vale do Alva. Porém, o diagnóstico atual da realidade socioeconómica, ambiental e cultural desta região, coloca várias questões estruturais ao desenvolvimento turístico da região, mas pretende-se continuar a reforçar a oportunidade de desenvolver a GRA para promover Alvaland no mercado turístico. Um dos maiores desafios a curto prazo será garantir as condições e a qualidade de vida mínima de muitos elementos de uma comunidade estrangeira numerosa, amante da natureza desta região e que, no período subsequente aos grandes incêndios, já a abandonou ou está a equacionar fazê-lo.

## **CONCLUSÕES**

O artigo permite concluir sobre o interesse crescente do património existente num dado território para o desenvolvimento do turismo. Este facto é ainda mais relevante para as regiões rurais e naturais, caracterizadas pela baixa densidade demográfica e envelhecimento da população, transformando-se este binómio turismo-cultura num fenómeno estruturante a nível espacial e socioeconómico, suportado na riqueza e variedade de recursos naturais e culturais. O desenvolvimento sustentável e competitivo pode resultar desta conjugação de vetores e de relações que se reforçam mutuamente, como são os casos do turismo-cultura e do turismo-natureza.

A reflexão sobre os conceitos e as práticas da sustentabilidade em turismo permite compreender a necessidade de melhor integração dos interesses da população local, dos turistas e da própria indústria turística, bem como a necessidade de conservação do património natural e cultural no desenvolvimento de uma área-destino como o vale do Alva, que também são responsabilidade de entidades da administração pública. O estudo das suas características físicas permite ajudar a conhecer as suas potencialidades para um turismo de natureza e cultural mais sustentáveis.

O objetivo da estratégia turística defendida, assente sobretudo no turismo de natureza e no cultural, é o de atrair grupos de turistas para uma experiência relevante ao

longo do ano, tendo em conta os segmentos de mercado definidos em conjugação com os recursos disponíveis e produtos potenciados. Pretende-se dar um contributo útil para estimular todos os intervenientes, principalmente os responsáveis do poder local e regional, em necessária articulação com outros agentes turísticos, para que em conjunto partilhem as responsabilidades e os deveres com vista a atingir um desenvolvimento que seja sustentável e competitivo. Porém, não se deixa de chamar a atenção para o muito que é necessário fazer e, sobretudo, fazer-se de forma rigorosa e científica, também no sector do turismo. Como se constatou existem problemas muito graves num território devastado por incêndios que podem comprometer, em parte, o futuro da região em análise, pelo que o projeto da GRA deverá assumir um plano ambicioso e ser gerido por uma equipa multidisciplinar que supervisione o desenvolvimento desejado.

A realidade do vale do Alva no seu todo, e na parte do concelho de Seia, terá de apoiar-se no desenvolvimento sustentado desse território, dos seus importantes recursos naturais e histórico-patrimoniais, na promoção da competitividade através da criação de emprego e da fixação e atração de população mais jovem, permitindo dinamizar a atividade turística e, ao mesmo tempo, diversificar a atividade empresarial na região, devido ao forte efeito multiplicador do turismo na economia regional. Neste contexto, o projeto da GRA poderá ser um investimento fulcral, pela dinamização e articulação dos PR existentes nesta região, com particular interesse no concelho de Seia. Como se discute neste artigo, o turismo de natureza e, em particular, o pedestrianismo, conjugado com a valorização do património cultural, poderiam ser o produto estratégico do desenvolvimento desta área-destino, de acordo com algumas das mais importantes tendências verificadas no mercado turístico, designadamente no internacional. Assim, existe um trabalho relevante de estudo do património cultural para promover o desenvolvimento do turismo sustentável.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Augusto, D. D., Pinho, J. C. & Rodrigues, C. J. (2010). Análise integrada multisectorial e pluridimensional no território. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, 13/14 (2), 499-511.

Cunha, L. & Abrantes, A. (2013). *Introdução ao turismo*. 5ª Edição, Lisboa: Lidel.

Leitão, M. L. (2004). *Análise do mercado turístico do Parque Natural da Serra da Estrela: Estudo de segmentação e implicações para o planeamento de marketing de áreas-destino* (Dissertação de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro).

PEDTS (2005). *Plano estratégico de desenvolvimento do turismo no concelho do Seixal*. Seixal: Universidade de Aveiro e Gabinete de Turismo da Câmara Municipal do Seixal.

Queirós, A. S., Veloso, A. S. & Ferreira, H. D. (2008). *Património natural e cultural da Serra da Estrela: Roteiro Serra da Estrela*. Liga de Amigos de Conimbriga, s. l.

Queirós, A. S. (2014). Turismo cultural e economia do património. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, 21/22 (4), 107-117.

MNE (2017), Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável – Portugal. Lisboa: MNE.

Ramos, E., Paiva, T., Neves, J; Raposo, D;Silva, Ricardo;Castilho, L;Desterro, T;Rodrigues, J; (2019) *Tourism marketing as a tool for the valorization of the territory: the case of the Ordo Christi Project*, Journal of Tourism and Heritage Research, vol, nº 2, nº 4pp. 404-420.

Ranninkko, P. (1999) Combining social and ecological sustainability in the Nordic forest periphery, *Sociologia Ruralis*, 39(3), 394–410.

Salgado, M. A. B., Martins, J. A. & Ramos, E. M. C. V. (2015), Desenvolvimento de “novos” produtos turísticos no vale do Alva: turismo industrial. *Inovação, gestão e educação em turismo e hotelaria: Investigação aplicada*, Coleção Politécnico da Guarda, V.13, 83-91.

Tavares, A. O. (2012). *Rotas e percursos da Serra da Estrela – Planalto superior*. Seia: CISE.

UNESCO (2013). The Hangzhou Declaration: Placing Culture at the Heart of Sustainable Development Policies. Paris: UNESCO. Adopted in Hangzhou, People’s Republic of China, on May 17, 2013. Disponível em:<http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/images/FinalHangzhouDeclaration20130517.pdf>

<http://www.aldeiasdemontanha.pt/pt/percursos-pedestres-1>

<https://www.cim-regiaodecoimbra.pt/cim-rc/projeto-regiao-de-coimbra-turismo-2020-promocao-integrada-dos-produtos-turisticos-da-regiao-de-coimbra/>